



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1946699 - PB (2021/0202292-5)

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
**RECORRIDO** : ADUFPB/SEÇÃO SINDICAL  
**ADVOGADOS** : PAULO GUEDES PEREIRA - PB006857  
WILSON SALES BELCHIOR - PB017314  
**INTERES.** : EDENILDA SA CAVALCANTE DE MEDEIROS  
**ADVOGADO** : ODON DANTAS BEZERRA CAVALCANTI - PB018000  
**INTERES.** : LUCIA SOUTO MAIOR BEZERRA CAVALCANTI  
**INTERES.** : EDUARDO SOUTO MAIOR BEZERRA CAVALCANTI  
**INTERES.** : HILTON JOSE BEZERRA CAVALCANTI  
**ADVOGADOS** : PAULO GUEDES PEREIRA - PB006857  
FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA LEITE - PB011806  
ALESSANDRA NÓBREGA GUIMARÃES - PB018742

### DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fls. 1.613-1.628), contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO.

Alega a parte recorrente que (fl. 1.613):

[...] em que pese o v. acórdão recorrido ter julgado improcedente a Ação Rescisória, é necessário que seja concedido efeito suspensivo para que seja determinado o imediato bloqueio de precatórios já expedidos e/ou depósitos já efetivados neste ação, até transitar em julgado a ação rescisória, pois no STJ tem sido recorrente o pronunciamento no sentido de reconhecer a prescrição intercorrente da cobrança dos percentuais de 28,86%.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte recorrente não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil

reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente